

Trabalho docente na rede municipal de ensino de Belo Horizonte: análise da produção acadêmica

Adriana Duarte*

Resumo:

Este artigo analisa a produção acadêmica sobre o trabalho docente desenvolvida por estudantes de mestrado, tendo como campo de estudo as escolas da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, MG, no período entre 1986 e 2006. Neste intervalo de tempo foram encontradas nove dissertações de mestrado, classificadas em cinco subtemas. Para análise dessas dissertações observou-se a questão de pesquisa/objeto de investigação; o percurso epistemológico; as categorias-chaves utilizadas; a opção metodológica; a abrangência do estudo; as principais conclusões. Buscou-se, na medida do possível, relacionar os estudos desenvolvidos nas dissertações com a produção teórica existente no campo específico da pesquisa sobre o trabalho docente.

Palavras-chave: Trabalho docente. Produção acadêmica. Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, MG.

* Doutora em Educação, com pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Vice-Coordenadora do Grupo de Pesquisa Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO/FaE/UFMG), filiado à Rede Estrado – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

Este artigo¹ foi produzido tendo como base a pesquisa “O estado do conhecimento: produções acadêmicas sobre a rede municipal de ensino de Belo Horizonte (1986-2006)”², por meio da análise das dissertações referentes ao eixo temático “Trabalho Docente”.³

Esta pesquisa foi coordenada⁴ por pesquisadoras do Grupo de Pesquisa sobre Condição e Formação Docente (PRODOC), da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG) e apresentou como objetivo produzir o “estado do conhecimento” sobre a Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME-BH), considerando o tempo de vinte anos (1996-2006). Durante o desenvolvimento dessa pesquisa (2005-2007) foi possível classificar, descrever e analisar 162 dissertações e teses que trataram de diferentes aspectos, caracterizando a organização, o funcionamento e o trabalho realizado nas escolas da RME-BH.

Para o levantamento dessa produção, foram utilizados índices bibliográficos, bases de dados em bibliotecas e fontes da *WEB*. Os estudos encontrados foram organizados em “focos temáticos”, capazes de reunir trabalhos sobre um assunto principal, mesmo que eles apresentassem objetivos e abordagens teórico-metodológicas diferentes. Desta forma, foram definidos 12 focos temáticos: Alfabetização e Letramento; Avaliação; Diversidade e Inclusão; Educação de Jovens e Adultos; Educação e Novas Tecnologias; Formação Docente; Infância e Educação Infantil; Juventude; Políticas Públicas e Gestão; Prática Pedagógica; Relação Família e Escola; Trabalho Docente (SOUZA, 2008).

No eixo “Trabalho Docente” foram classificadas nove dissertações de mestrado, concentradas no período de 1990 a 2003, agrupadas em cinco subtemas, conforme quadro 1. Não foi encontrada nenhuma tese de doutorado para este eixo.

O presente artigo apresentará a análise dessas nove dissertações agrupadas no eixo “Trabalho Docente” por meio do mapeamento da questão de pesquisa/objeto de investigação; o percurso epistemológico e a opção metodológica utilizados pelos autores; a abrangência dos estudos realizados; os principais achados e as contribuições das pesquisas no campo educacional.

Organi- zação do Trabalho Docente	Trabalho docente em equipe: tramas e processos vivencia- dos e significados atribuídos: a experiência do projeto de educação dos trabalhadores	Charles Cunha Leôncio José Soares	jan. a jun. 2001	UFMG 2003	Jaqueline Silva/ Mestre Educação CE- FET/MG-Gestrado
	Tecendo análises sobre o trabalho docente nos ciclos de formação de Escola Plural	Vinicius Fadrim Dalila Oliveira	1995-2003	UFMG 2003	Maria Helena Augusto /Doutoran- da Educação FaE/ UFMG-Gestrado
	Organização do trabalho e democracia escolar: uma escola pública como estudo de caso	Antônio Ma- chado Lucília Regina Machado	1988-1989	UFMG 1990	Savana Melo / Doutoranda em Edu- cação/FaE/UFMG
Gestão Escolar e Trabalho Docente	Participação do diretor de escola da PBH no desenvolvi- mento da Escola Plural	Luiz Fernandes Antônio Gi- roletti	nov. 2001 a mar. 2002	Fund. Pedro Leopoldo 2002	Érica Sarubi Mestranda em Edu- cação FaE/UFMG- Gestrado
	Administração de conflitos na escola	Dalva Gon- çalves Líli Bastos	jul. a ago. 1990	UFRJ 1992	Savana Melo Gestrado e Maria Helena Augusto
Saúde do Trabalha- dor Docente	Impactos do trabalho na saúde de docentes	Dinéa Domin- gues Luciola Santos	1995-1997	UFMG 1997	Jussara Paschoalino Mestre em Educação FaE/UFMG – Nete
	Uso profissional da voz em sala de aula e organização do trabalho docente	Gustavo Gon- çalves Antônia Aranha	2001-2003	UFMG 2003	Jussara Paschoalino
Perfil Docente	Magistério Primário: uma fotografia da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte	Maria da Con- solação Rocha Leila Mafra	ago. a nov. 1995	UFMG 1996	Sâmara Araújo Mestre em Educação FaE/UFMG-Gestrado
Novas tecnolo- gias e trabalho docente	As novas tecnologias educa- cionais no ensino presencial e suas implicações no trabalho docente: virtualidades reais ou ambivalências virtuais	Eucídio Nasci- mento Maria Laetitia Correa	2001	UFMG 2002	Jacqueline Laranjo Mestranda em Educação/FaE/ UFMG – Nete

Quadro 1: Produções acadêmicas sobre o Trabalho Docente na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (1990-2003) Fonte: Quadro Síntese – Eixo: Trabalho Docente – Relatório Final de Pesquisa – 2007.

Panorama das investigações sobre trabalho docente na RME-BH

As nove investigações sobre o trabalho docente catalogadas pela pesquisa “O estado do conhecimento: produções acadêmicas sobre a RME-BH (1986-2006)”, conforme mostrado no Quadro 1, foram defendidas no período de 1990 a 2003 e propuseram como recorte temporal para estudo os anos de 1988 a 2003. É bom destacar que somente duas investigações (MACHADO, 1990; GONÇALVES, D., 1992) adotaram para análise períodos anteriores à implantação do Projeto Pedagógico Escola Plural⁵, proposto pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, na gestão Patrus Ananias, em 1993.

Essas pesquisas se reúnem em um mesmo eixo temático, organizado em cinco sub-temas (Quadro 1) e apresentam abordagens e análises do trabalho docente por ângulos e referenciais distintos. Os pesquisadores utilizaram conceitos advindos da ciência política, da sociologia do trabalho e das organizações, da psicologia do trabalho, da ergonomia, da política educacional e administração escolar e das teorias multiculturalistas a fim de aplicá-los ao estudo da docência entendida como uma forma particular de trabalho sobre o humano.

Em relação aos métodos, prevaleceu a utilização da abordagem qualitativa e nessa perspectiva dois pesquisadores, Cunha (2003) e Machado (1990), optaram pela pesquisa etnográfica. Entre os demais pesquisadores que decidiram pela pesquisa qualitativa, encontram-se Domingues (1997), Fardim (2003), Fernandes (2002), Gonçalves, D. (1992), Gonçalves, G. (2003) e Nascimento (2002), que utilizaram como instrumentos a entrevista semi-estruturada, a observação direta e a pesquisa documental. No caso de Domingues (1997), foi utilizado também para coleta de dados o questionário semi-aberto. Esses trabalhos realizaram em sua maioria estudos de caso, procurando tratar as questões relativas ao trabalho docente à luz de experiências concretas. Nesse sentido, dedicaram-se à análise da realidade específica de determinadas escolas da RME-BH e, pela sua natureza de estudo de caso, não permite generalizações, mas seus resultados servem de referência para pensar outros espaços congêneres. Somente Rocha (1996) realizou uma pesquisa quantitativa, abrangendo um universo maior de docentes, como veremos posteriormente.

As pesquisas classificadas no eixo “Trabalho Docente” foram agrupadas em cinco subtemas, conforme discriminado no Quadro 1. O **primeiro subtema** inseriu pesquisas sobre a organização da escola e o trabalho docente e contém três dissertações.

A primeira pesquisa foi defendida em 1990 e se intitula *Organização do trabalho e democracia escolar: uma escola pública como estudo de caso*, de Antônio Machado. Essa investigação foi realizada no final da década de 1980 e estabeleceu o recorte temporal em dois períodos, sendo o primeiro de setembro a dezembro de 1988 e o segundo de fevereiro a abril de 1989. O objetivo do autor foi examinar a luta pela democratização da escola pública, efetivada no movimento real das práticas sociais escolares. Deu-se ênfase à organização do trabalho escolar como expressão do projeto político-pedagógico e administrativo dominante como principal instância na qual ocorre o confronto entre diferentes interesses na unidade escolar. A intenção manifesta do autor era averiguar como se concretiza, na organização escolar e nas ações dos sujeitos inseridos na escola, a luta pela democratização. Propôs ainda identificar se o projeto político-pedagógico contribui para o avanço democrático e/ou entrava essa luta.

A dissertação de Machado (1990) evidencia como o trabalho escolar se organizava naquele momento de redemocratização, como se dava a divisão social do trabalho entre os sujeitos trabalhadores no espaço da escola e o tipo de relação predominante entre eles. Desta forma, o autor buscou demonstrar a hierarquização e a disciplina como formas de controle tanto dos trabalhadores da educação como dos estudantes, reproduzindo as relações sociais de produção. Essa dissertação evidencia o espaço da escola como um lugar de tensão, de luta e ao mesmo tempo *locus* de possibilidades. Machado (1990) reforça o espaço da escola como um espaço de trabalho e política, sem negar os constrangimentos colocados e constantemente renovados pela ordem social, nem os limites das lutas no interior da escola, no que tange aos resultados auferidos.

Segundo o autor, observou-se autoritarismo na construção do projeto político-pedagógico da escola, manifesto em vários aspectos: na imposição de objetivos, conteúdos, métodos e formas de avaliação; na alienação dos alunos em relação à sua organização e papel na escola e na prática disciplinar imposta aos alunos. Aponta também avanços na dimensão administrativa do trabalho escolar, fruto dos processos de luta, que contribuíram para a

democratização dos processos decisórios: eleição para ocupantes de cargos de direção; criação de colegiado e reunião de turno. No entanto, Machado (1990) considera que, na prática, tais conquistas tomaram outro rumo político: a gestão eleita representou os interesses mais identificados com a Secretaria Municipal de Educação (SMED) do que com os eleitores; o colegiado teve sua autonomia cerceada também pela Secretaria quando da aprovação do regimento, esvaziando sua força; a reunião de turno se prestou a discussões improvisadas e adquiriu caráter corporativista, conferido pelo segmento que as controlava, ou seja, os docentes.

O autor concluiu que, embora resultantes de processos de luta, as conquistas não contribuíram muito para a democratização das decisões na escola e foram desviadas em sua direção política, mais motivadas por interesses corporativistas. Mas, ao mesmo tempo e contraditoriamente, o autor assinala que esse processo também significou um importante momento de reflexão sobre a possibilidade do exercício democrático no espaço escolar e se constituiu em um germe de luta coletiva.

A segunda dissertação que compõe esse subtema, *Trabalho docente em equipe: tramas e processos vivenciados e significados atribuídos* – a experiência do projeto de educação dos trabalhadores (PET), de Cunha, defendida em 2003, teve como período de pesquisa o primeiro semestre de 2001, quando realizou em campo cinco meses de pesquisa etnográfica. Segundo o autor, essa pesquisa teve como objeto: desvelar “como” se dá o trabalho coletivo realizado no cotidiano escolar, enfocando um grupo de professores envolvidos com um projeto específico de uma determinada escola e os significados que esses docentes atribuem a essa perspectiva de prática pedagógica. Valendo-se dos “significados” sobre trabalho docente apontados na revisão bibliográfica, o autor definiu sete aspectos a ser analisados que podem ser traduzidos no seu percurso epistemológico: trabalho coletivo; equipes de trabalho; trabalho cotidiano na escola; cotidiano escolar e subjetividade; administração pública da educação; novas configurações do trabalho docente; movimentos sociais e rupturas das normas no trabalho docente, vários dos quais se inter-relacionam.

Uma das principais contribuições dessa pesquisa é a descrição do movimento de docentes em busca de uma proposta de atuação conjunta por meio da discussão coletiva da concepção do projeto pedagógico e do compartilhamento do planejamento das atividades, do desenvolvimento do

trabalho e da avaliação dos resultados. A observação da prática profissional dos professores levou Cunha (2003) a concluir que muitas decisões são tomadas e atividades implementadas sem que se leve em consideração as condições estruturais da vida dos docentes. Ou seja, muitos professores não têm como desenvolver certas atividades individualmente, tais como planejamento, pesquisas e comunicação via *internet* por não disporem de recursos necessários para tal. Isso traz dificuldades para esses professores se relacionarem com o coletivo que propôs esses procedimentos.

Outra conclusão de Cunha (2003) foi a de que a constituição de um quadro mais permanente de professores é um fator importante para a realização de um trabalho em equipe, uma vez que esse trabalho implica o estabelecimento de vínculos de trabalho, a interação dos sujeitos e de suas subjetividades. Nesse sentido, a organização dos quadros de professores para as escolas emerge como uma questão a ser debatida com mais atenção. Nos termos do autor: a seleção dos sujeitos implica a seleção também de suas subjetividades, mostrando que os sujeitos são convocados ao trabalho por meio de “vínculos” já estabelecidos ou virtualmente realizáveis e que isso é importante para se formar e sustentar uma equipe, para construir o “coletivo” dos professores. Ao mesmo tempo, a pesquisa mostrou que esses vínculos não determinam os passos dos que entram e experimentam o trabalho, pois sempre há riscos de divergências entre os membros da equipe ou mesmo de desligamentos.

Segundo a análise de Cunha (2003), os significados que emergem da perspectiva de trabalho em equipe apresentam tanto dimensões do individual como do coletivo docente, e ainda trazem uma dimensão que é do social. O autor considera que a dimensão individual está relacionada a situações de trabalho vivenciadas por vários professores, mas que se apresentavam como uma condição particular. O significado coletivo ou social aparece nas ocasiões em que o trabalho realizado é sistematizado para ser socializado, abrindo-se aos interessados nas questões da construção de um trabalho colado ao concreto da vida dos professores, da sua relação também com a inclusão dos sujeitos alunos, jovens e adultos. De acordo com Cunha (2003), o trabalho vivenciado coletivamente apresenta, então, uma condição de implicação dos professores em dar conta de criar condições de inclusão de si mesmos e dos alunos.

A terceira e última dissertação desse subitem foi defendida em 2003 por Vinícius Fardim, que a intitulou *Tecendo análises sobre o trabalho docente*

nos ciclos de formação da Escola Plural. O autor buscou identificar as mudanças ocorridas no processo de trabalho docente, com base na organização dos ciclos de formação da Escola Plural, no município de Belo Horizonte.

Apesar de não ser seu objeto específico, Fardim (2003) realizou em sua dissertação um estudo e debate amplo sobre o processo de democratização do ensino e gestão educacional; autonomia da escola; construção do projeto político-pedagógico; participação da comunidade na gestão da escola e na escolha dos dirigentes escolares.

Em relação às práticas político-administrativas, o autor, ao apresentar o debate, discorre historicamente sobre a gestão educacional na RME-BH, mostrando-a como uma das precursoras no processo de escolha dos diretores pela comunidade escolar e implantação dos ciclos de formação. Nesse quadro, o autor insere a discussão das reformas educacionais dos anos de 1990, confrontando-a com os eixos norteadores do Programa Escola Plural e os seus pressupostos teóricos. Em relação ao trabalho docente e à política educacional, Fardim (2003) tece considerações sobre os efeitos produzidos pelas transformações no processo de trabalho docente na Escola Plural. Considera que a organização em ciclos e as novas prescrições pedagógicas conduzem ao redimensionamento e à ampliação do trabalho docente. As condições objetivas de trabalho não correspondem às mudanças exigidas pelo novo perfil profissional.

O autor conclui que a ampliação das exigências sobre a atuação docente dos professores conduz a novas atribuições além da docência, tais como participar da gestão da escola e da integração à comunidade. Nesse sentido, tem ocorrido a ampliação de responsabilidades dos professores sobre o sucesso ou o fracasso dos alunos e acréscimo, intensificação de trabalho, o que os conduz às situações de desgaste, cansaço e esgotamento. Para finalizar, Fardim (2003) demarca ser necessário levar em consideração, na proposição de medidas políticas, a mudança das condições de trabalho de forma a não ocorrer impedimento na implantação de programas inovadores como o da Escola Plural.

O segundo subtema, “Gestão escolar e trabalho docente”, agrega duas dissertações que vão analisar, respectivamente, os conflitos gerados na escola e o trabalho do diretor. A primeira, denominada de *Administração de conflitos na escola*, de autoria de Dalva Gonçalves, foi defendida em 1992. O estudo procurou investigar a origem e a natureza dos conflitos

escolares e as formas como são administrados no sentido de mudanças educacionais.

Entre as categorias de análise, conceitos e idéias básicas explorados pela autora, destacam-se: o conflito em perspectivas teóricas distintas; a qualificação dos conflitos como de ordem estrutural e natureza conjuntural; os focos do conflito, divisão do trabalho, organização individualista do trabalho, corporativismo, educação e mudança social; a educação escolar conservadora e a educação escolar progressista ou transformadora. Os resultados da pesquisa foram divididos por Gonçalves (1992) em três subseções: origem e natureza dos conflitos; forma de administrar os conflitos; relações entre conflitos e mudanças. Na primeira, os conflitos foram categorizados em relação à origem, ou seja, divergências de opiniões e atitudes, estrutura sócio-econômica das famílias, reflexos sociais na escola, ausência de comunicação, complexidade da escola. As divergências de opiniões e atitudes constituem a origem primeira dos conflitos. As discrepâncias no processo ensino-aprendizagem são geradoras de conflitos entre alunos-professor e pais-escola. Das indicações de situações geradoras de conflitos organizaram-se cinco categorias: ordem social, administrativa, pedagógica, político-pessoal e político-educacional. As questões pedagógicas e administrativas foram preponderantes em relação às demais categorias.

Na segunda subseção, a autora apresentou as opiniões dos entrevistados favoráveis ao encaminhamento de soluções para os conflitos. Em relação à responsabilidade pelas decisões em situações de conflito, a maior parte dos entrevistados considerou que o grande peso das decisões encontra-se em nível global da escola. Os fatores externos à escola (imposição da administração do sistema, sobrecarga de tarefas burocráticas e falta de autonomia das escolas) foram interpretados por uma minoria de entrevistados como obstáculos ao encaminhamento de soluções. A autora aponta, entre os fatores intrínsecos que influem nos processos de encaminhamento dos conflitos, o diálogo e a transparência da administração escolar.

Na última subseção, Gonçalves (1992) apurou que existe uma relação positiva entre conflitos e crescimento da escola. Os conflitos, assinala a autora, embora sejam vistos como desejáveis, sadios, fatores de dinamismo e crescimento, devem ser administrados adequadamente. Em suas conclusões, afirma existir relação efetiva entre conflito e mudança

e menciona essa relação como o motor do crescimento qualitativo da escola. A seu ver, a escola pode progredir ou retroceder, dependendo do processo social que se desenvolva na administração do conflito. As conclusões de Gonçalves (1992) se atêm à perspectiva do conflito e sua administração como propulsores, de um lado do crescimento qualitativo e das mudanças da escola e, de outro, da melhoria das relações de trabalho, ambos nos marcos da sociedade capitalista. Nesse sentido, a autora adota uma perspectiva de análise usual na área de administração de empresas e desenvolvimento gerencial, em programas de treinamento e capacitação de gestores que se tornou comum nas escolas no contexto em que a pesquisa foi realizada. A abordagem política do conflito que se origina das relações sociais de produção fica ausente das perguntas da pesquisa, das respostas dos informantes e das análises da autora.

A segunda dissertação incluída no subtema “Gestão escolar e trabalho docente” é a de Luiz Fernandes, *Participação do diretor de escola da PBH no desenvolvimento da Escola Plural*, defendida em 2002. O objeto de investigação dessa pesquisa centrou-se no papel do diretor de escola da RME-BH na formulação e na implementação da Proposta Político-Pedagógica da Escola Plural. Os sujeitos da pesquisa foram os ocupantes de cargos ou funções do alto escalão da Secretaria Municipal de Belo Horizonte, no período de 1993 a 1996, e os diretores de escolas eleitos ou indicados para o biênio 1993/1994 e reeleitos para o biênio 1995/1996. O recorte temporal da pesquisa foi, portanto, o momento da implementação do Programa Escola Plural na Rede Municipal de Belo Horizonte.

O percurso epistemológico adotado por Fernandes (2002) iniciou com uma análise macro, compreendendo o estudo do processo de democratização da educação brasileira e as especificidades desse processo em Minas Gerais. Nesse sentido, o autor destacou o acesso e a melhoria da qualidade do ensino voltada para a permanência do aluno no sistema escolar, bem como a democratização da gestão escolar, com especial atenção para o colegiado escolar e o diretor de escola. Nesse contexto, Fernandes (2002) focaliza o papel do diretor na organização do trabalho e na organização escolar e enfatizou as modalidades de provimento do cargo nas redes públicas.

Na seqüência, o autor desenvolveu um capítulo sobre a “Educação na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte”, compreendendo os movimentos

educacionais precursores do Projeto Escola Plural, principalmente o I Congresso Mineiro de Educação e as realizações da SMED no período de 1989 a 1992. Em seguida, Fernandes (2002) discorreu sobre o período de 1993 a 1996, detalhando o processo de formulação e implantação da Escola Plural nas escolas municipais de Belo Horizonte, além de iniciar uma articulação dos depoimentos colhidos junto aos informantes com as fontes documentais. Nesse capítulo o autor apresentou a percepção de integrantes das equipes da SMED sobre o papel do diretor de escola da RME-BH.

Fernandes (2002) partiu do pressuposto de que, em decorrência de a Escola Plural ter sido formulada e implantada como uma proposta de intervenção radical na estrutura e na cultura do sistema escolar da Prefeitura de Belo Horizonte, os diretores de escolas, sobretudo aqueles que haviam ocupado o cargo nos anos de 1993 e 1994, em função da experiência acumulada, deveriam ser considerados parceiros estratégicos nessa inovadora proposta de reforma educacional. No entanto, Fernandes (2002) constatou que os formuladores e os implementadores de tal proposta político-pedagógica foram os profissionais integrantes das equipes da SMED (Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, Departamentos de Educação das Administrações Regionais e Coordenação de Política Pedagógica), desconsiderando a direção de escola como cargo mais alto na estrutura hierárquica das escolas e liderança constituída a partir do voto direto por suas respectivas comunidades escolares. O não reconhecimento da categoria de diretores como parceiros estratégicos para a formulação e a implantação da Escola Plural contribuiu, segundo Fernandes (2002), para o incremento de sentimentos de ansiedade, medo e tensão, reforçando, assim, a instalação de focos de resistência à proposta político-pedagógica em questão.

Outro resultado encontrado pelo autor refere-se ao peso da contribuição dos projetos pedagógicos existentes na RME-BH no combate à cultura da exclusão no documento final da proposta político-pedagógica da Escola Plural. Fernandes (2002) considera que foi propagado pela equipe elaboradora que a proposta pedagógica da Escola Plural acolhia a síntese das experiências bem-sucedidas, realizadas pelas escolas municipais de Belo Horizonte. Contudo, por meio das informações obtidas entre os entrevistados, o autor concluiu que apenas 20% ou 30% das experiências elaboradas e implementadas nas escolas municipais serviram de referência para a formulação dessa proposta.

Segundo Fernandes (2002), esse fato demonstra dificuldade no trato com a diversidade e a pluralidade de experiências pedagógicas existentes nas escolas municipais e, ao que tudo indica, essa postura foi mantida também durante o processo de implantação da proposta.

Para finalizar, Fernandes (2002) reflete sobre o processo de implantação da Escola Plural, planejada e coordenada pela SMED, por meio da divulgação da proposta pedagógica em reuniões e encontros entre os formuladores e os diversos segmentos da comunidade escolar da Rede Municipal de Ensino. Cita também o projeto “Vamos Todos Cirandar” com o objetivo de sensibilizar e mobilizar a população e a comunidade escolar em favor da nova proposta pedagógica. Ocorreu ainda, segundo o autor, a criação de uma equipe de coordenação pedagógica por escola da RME-BH que deveria ser composta de diretor de escola ou vice-diretor, supervisor, orientador e de professor eleito pelos seus pares, com o objetivo de liderar a implantação e a discussão da proposta.

A pesquisa levou Fernandes (2002) a concluir que o projeto Escola Plural não teve o suporte financeiro necessário para a sua viabilização. Ressalta um investimento tímido, inadequado e desarticulado realizado pela SMED para a capacitação e a formação dos profissionais para atuarem nas equipes pedagógicas. Registra que um número reduzido de escolas municipais criou essas equipes em razão das inúmeras dificuldades operacionais. O autor assinala que a dificuldade em se efetivar essas duas estratégias comprometeu bastante o processo de implantação da proposta. Os resultados encontrados por Fernandes (2002) mostram que a não-inclusão da categoria de diretores, como um todo, no processo de elaboração do Projeto Escola Plural trouxe dificuldades de assimilação da proposta, aceitação e implantação pelas comunidades escolares. Segundo o autor, a inclusão dessa categoria, desde o início do processo de formulação da proposta, poderia ter facilitado a implementação do projeto, tornando esses diretores parceiros na sua condução e na mobilização da comunidade escolar. Para ele, o diretor eleito em um processo democrático pode assumir uma legitimidade que lhe dá um respaldo maior, não só para gerir pessoas e recursos, mas para conduzir a organização e o projeto pedagógico de sua escola.

O **terceiro subtema** foi denominado “Saúde do Trabalhador Docente”, tendo sido encontradas duas dissertações, uma de 1997 e outra de 2003. A primeira, denominada *Impactos do trabalho na saúde de docentes*,

de Dinéia Domingues, teve como objetivo estabelecer as relações entre o adoecimento de professores e as exigências postas pelo seu processo de trabalho. Domingues (1997) elegeu como sujeitos da pesquisa as professoras de 1ª a 4ª séries da RME-BH, ou seja, foi feito um recorte de gênero, considerando que nessa etapa de ensino é preponderante a presença das mulheres. A autora declarou a intenção de observar aspectos do processo de trabalho dessas professoras que necessitavam ser considerados e estudados para se chegar aos elementos específicos do desenvolvimento do trabalho que impactam a saúde. Os dados foram colhidos por meio de aplicação de questionários respondidos por 61 professoras, sendo 16 desviadas de função por laudo médico e 45 exercendo atividades de docência, em um universo de 5.473 professores da Prefeitura de Belo Horizonte, em 1995. A autora esclarece que se realizou um estudo exploratório, sem possibilidades de se fazer muitas inferências sobre o universo pesquisado, diante do número reduzido de professoras que aceitou participar da investigação.

Como percurso epistemológico, Domingues (1997) buscou os referenciais relativos à saúde do trabalhador, relacionando-os com aspectos referentes ao processo de trabalho docente, às condições e relações de trabalho. Nessa perspectiva, enfatizaram-se categorias como o tempo, a intensidade do trabalho e as circunstâncias relativas ao trabalho que afetam a saúde das professoras. Na categoria tempo, a autora explorou aspectos como o período total de atuação na docência, o tempo de professora na RME-BH e a idade da docente. Em relação à intensidade do trabalho, Domingues (1997) buscou entender como essa intensificação acontecia e em quais circunstâncias. Nesse sentido, a autora verificou as jornadas de trabalho desse profissional, em número de horas e a existência de dobra, ou seja, mais de um cargo como docente. No que se refere às situações e circunstâncias relacionadas ao trabalho que afetam a saúde das professoras, as dimensões eleitas pela autora foram: desgastes esculpido no corpo; queixas e sintomas relacionados ao trabalho; perfil de doenças prevalentes; as cargas de trabalho; as possibilidades de saúde e resistência ante o trabalho docente. Ainda segundo Domingues (1997), essas situações puderam ser verificadas nos prontuários médicos relativos aos afastamentos do trabalho que apresentavam os diagnósticos, o número de licenças médicas e os dias de licença por doença/ano, além das respostas das professoras aos questionários aplicados no decorrer da pesquisa.

Nos resultados e conclusões da pesquisa, Domingues (1997) constata a insuficiência de estudos que analisem o uso pedagógico e a apropriação dos espaços escolares, em suas salas de aula, pátios, corredores e murais. Segundo a autora, nesses espaços registram-se ações de vandalismo, abandono, indiferença de uso e descaso do poder público. Ela conclui que a falta de um ambiente prazeroso e saudável de trabalho e suas consequências sobre o trabalho e a saúde dos docentes ainda está por ser estudada com mais profundidade.

Para a autora, a atenção às condições de saúde das professoras se situa na contradição posta, de um lado, pela ambição contida nas políticas e nos planos educacionais (internacionais, nacionais e locais), e, de outro, pelas possibilidades reais de realização dessas políticas e mudanças no cotidiano escolar. Especifica que, se prevalecerem as formas de organização do trabalho que se perpetuam nas escolas, as condições de saúde das professoras pouco poderão ser alteradas. A dissertação de Domingues (1997) mostrou que os problemas de saúde das docentes estavam focalizados apenas no âmbito individual, ou seja, as marcas do trabalho docente refletidas na saúde das professoras não eram entendidas como uma doença profissional, causada pelas exigências da docência, mas como resultado individual do trabalho. A autora evidenciou que faltavam instâncias coletivas que permitissem a escuta, a troca, a interação entre as professoras sobre os problemas que afetam sua saúde e as relações com o exercício da profissão. Ressaltou em suas conclusões que essas instâncias coletivas seriam capazes de estimular ou favorecer a expressão do que é vivido e sentido pelas professoras, podendo ajudar no enfrentamento e na superação das situações concretas que as impulsionavam e que provocavam o crescimento de transtornos mentais e psicoafetivos. A autora mostrou ainda que a inexistência de espaços instituídos para o coletivo levou ao estabelecimento de estratégias individuais, como mecanismos de resistência das professoras, para suportar ou conviver com o cotidiano de trabalho.

Os conteúdos, a distribuição das tarefas, as condições de trabalho e as cargas físicas, químicas e biológicas, para Domingues (1997), justificavam os desgastes experimentados em maior grau nas esferas psico-fisiológicas. A pesquisa detectou indícios determinantes do perfil de risco e desgastes das docentes pesquisadas, comprometendo, segundo a autora, três grupos de morbidades relacionadas ao trato respiratório, ao geniturinário e ao

ósteo-muscular. Domingues (1997, p. 94) concluiu que, apesar dos limites do seu trabalho, procurou discutir sobre algo que o corpo das professoras registrava, ou seja, que “o trabalho em condições penosas e mal remunerado adocece, mata e destrói sonhos de uns e de outros.”

A segunda dissertação do subtema “Saúde do Trabalhador” é de autoria de Gustavo Gonçalves (2003) e foi nomeada *Uso profissional da voz em sala de aula e organização do trabalho docente*. O autor investigou a associação e implicações do uso da voz pelo professor em sala de aula diante dos condicionantes derivados da organização do trabalho na perspectiva da Escola Plural. Para ele, as políticas educacionais têm implicações sobre o trabalho docente ao definir alguns aspectos cruciais da vida escolar: políticas de formação docente; referenciais curriculares; políticas de financiamento e investimento e reformas pedagógicas, com reflexos sobre a gestão escolar. Essas políticas educacionais interferem no uso que o professor faz de sua voz em sala de aula na medida em que definem a organização dos espaços e tempos na escola e demais características da organização do trabalho na escola, incluindo o meio físico.

Gonçalves (2003) identificou as situações que parecem ter efeitos mais imediatos sobre a voz do professor: fenótipo vocal, histórico como docente, afetos e emoções, ruído ambiental e atitude dos alunos em sala de aula. Esses resultados contrariam a hipótese inicial do autor que considerava que a proposta pedagógica da Escola Plural possibilitaria a diminuição da hipersolicitação vocal do professor.

Os professores, segundo Gonçalves (2003), buscam desenvolver estratégias de autopreservação, visando controlar a solicitação vocal e evitando incorrer em hipersolicitação. Essas estratégias constituem-se em realização de higiene vocal, variações na prosódia, planejamento de aulas, utilização de mímicas, alterações na disposição espacial dos alunos e em evitar a competição sonora. Contudo, alerta que determinantes presentes no trabalho cotidiano dos docentes fazem com que o professor nem sempre possa desenvolver essas estratégias e incorra em hipersolicitação vocal para atingir os objetivos de sua tarefa diária.

Gonçalves (2003) afirma que a autonomia, tão presente no discurso, viabiliza-se de forma relativa na prática graças a diversos fatores, como falta de infra-estrutura material, formação docente compatível ou mesmo controles externos, como a avaliação e as expectativas de pais, colegas,

alunos e conteúdos a cumprir. Isso acabaria levando o professor a repetir velhos esquemas e a romper poucas fronteiras porque ainda se sente mais confortável em uma concepção de trabalho pedagógico tradicional. Neste sentido, avalia que alterar essa prática pode significar intensificação do trabalho e aumento da responsabilidade individual.

Gonçalves (2003), na conclusão do trabalho, sugere algumas medidas gerais voltadas para o coletivo de professores que possam contribuir para melhorar sua saúde vocal. Em relação à diminuição do ruído interno à sala de aula propõe a diminuição do número de alunos por turma, o que ajudaria a preservar a voz do docente. Em relação ao ruído externo aventa a idéia de que reformas físicas possam ser feitas nas edificações de forma a bloquear a proliferação de ruídos, prejudiciais tanto aos alunos quanto aos professores.

No que se refere à organização do trabalho pedagógico, Gonçalves (2003) lembra que a escola deve incluir a temática “saúde do trabalhador” por meio da pedagogia de projetos como forma de prevenção dos problemas de disfonia ocupacional entre os professores. Segundo o autor, a escola, ao promover a discussão desse tipo de temática, pode contribuir na problematização da saúde de futuros trabalhadores e por isso tem sua importância multiplicada. Finalmente, sugere a contratação de fonoaudiólogos que possam atuar como consultores na escola, participando do cotidiano escolar e podendo oferecer contribuições significativas baseadas na realidade dos professores, buscando soluções de cunho coletivo.

O **quarto subtema**, “Perfil Docente”, contém uma única dissertação, *Magistério Primário: uma fotografia da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte*, realizada por Maria da Consolação Rocha e defendida em 1996. Trata-se de uma pesquisa quantitativa que teve como objetivo realizar uma caracterização das professoras primárias da RME-BH. A autora buscou obter uma “fotografia” dessas mulheres, com dados relativos à caracterização socioeconômica; trajetória escolar; formação profissional e formação continuada; trabalho docente – tempo e jornada de trabalho, trabalho anterior; trabalho doméstico; aspectos culturais – tempo livre, militância e significado da profissão. A amostra consistiu de 360 professoras, lotadas em 27 escolas municipais de Belo Horizonte. A análise dos dados buscou refletir, segundo Rocha (1996), sobre a situação específica das professoras primárias da RME-BH, suas semelhanças com as mulheres brasileiras que compõem a População

Economicamente Ativa (PEA) e com estudos realizados sobre professoras no Brasil que abrangem essa temática. A análise levou em consideração a perspectiva de gênero, ou seja, o trabalho docente das professoras primárias da RME-BH e as relações sociais entre homens e mulheres.

Rocha (1996) constrói seu percurso epistemológico valendo-se da análise da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro e do magistério como uma profissão predominantemente composta de mulheres, discutindo alguns estudos que analisam a inserção da mulher no trabalho e a história da feminização do magistério no Brasil. Com base nesse referencial, analisa os dados coletados sobre o sexo, a idade, o estado civil, a raça, o número de filhos/as, a formação escolar e profissional, o tempo livre e de lazer, o acesso a bens culturais e a participação das professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental da RME-BH nos movimentos sociais e nas lutas de sua categoria profissional.

Em seguida, Rocha (1996) elaborou uma breve discussão sobre o trabalho docente e a posição de classe das(os) professoras(es). A autora analisou os dados levantados sobre renda familiar, ocupação profissional e escolaridade dessas professoras e de suas famílias. Para finalizar, reconstituiu o seu envolvimento nas lutas pela gestão democrática da escola pública e da Escola Plural, implantada em 1995. A autora apresentou, nesse tópico, informações sobre as condições de trabalho das professoras primárias da RME-BH, a organização dos tempos e dos espaços escolares, a jornada de trabalho e o tempo de serviço no magistério e nessa rede. Realizou também a discussão sobre Plano de Carreira como forma de incentivo e valorização à formação permanente das(os) trabalhadoras(es) em educação.

Como conclusão, considera que a pesquisa quantitativa permitiu obter uma “fotografia” parcial, provisória e datada sobre as professoras primárias da RME-BH. A autora aponta a necessidade de realização de pesquisas que busquem traçar a história de vida dessas mulheres e suas biografias, o que permitiria compreender com profundidade esses sujeitos. Rocha (1996) confirmou em sua pesquisa que a feminização constitui uma característica mais abrangente do perfil encontrado, mas considerou que as relações entre o universo feminino, o matrimônio e a maternidade carecem de dados qualitativos para aprofundamento da análise.

Segundo a autora, pôde-se constatar que a maioria das professoras é casada e um terço delas não é totalmente emancipada do espaço e controle

familiar. O trabalho docente remunerado e o trabalho doméstico estão presentes simultaneamente no seu cotidiano. Apesar da boa condição econômica, as professoras das séries iniciais têm usufruído pouco das oportunidades de acesso a bens culturais e dos espaços de lazer da cidade, tendo como explicação o cansaço associado à dupla jornada de trabalho, em casa e na escola. A participação dessas professoras em movimentos sociais se dá, na maioria das vezes, vinculada à religiosidade. A investigação mostrou ainda um crescente investimento individual na qualificação profissional, embora, contraditoriamente, seja uma demanda quase nula nas suas reivindicações. A autora registra que, para os sujeitos pesquisados, a Escola Plural trouxe uma nova concepção de organização do trabalho escolar, modificando a organização do tempo e do espaço escolar, repercutindo no trabalho dos(as) profissionais da educação e dos(as) alunos(as).

Em anexo a autora apresentou uma síntese das respostas das professoras à questão: “O que significa para você ser professora primária da RME-BH?”, organizada em quatro grupos: magistério como profissão e espaço de realização profissional; magistério como espaço gratificante, desafiador e de compromisso social; Escola Plural como referência do significado do trabalho docente e desvalorização do magistério. No entanto, esclareceu que não era objetivo da pesquisa se debruçar sobre a análise dessas questões, mas, pela riqueza do material colhido em campo, optou por anexá-la.

O **quinto subtema**, “Novas tecnologias e o trabalho docente”, registrou a dissertação de Eucídio Nascimento, *As novas tecnologias educacionais no ensino presencial e suas implicações no trabalho docente*: virtualidades reais ou ambivalências virtuais, defendida em 2002. Trata-se de uma pesquisa teórica e empírica, cujo principal propósito foi o de analisar as modificações ocorridas no processo de trabalho docente com a inserção de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC). Buscou verificar a interpretação que o docente dá à inserção de NTIC no seu processo de trabalho, levando em consideração que, sob a ótica capitalista, as novas tecnologias, seja em termos de maquinário, seja em termos organizacionais, priorizam a maximização da produtividade do trabalhador, a melhoria de sua eficácia e a redução dos custos, sem deixar de ignorar uma possível existência de outras perspectivas que poderiam estar presentes no universo educacional. Nascimento (2002) realizou sua pesquisa de campo no ano de 2001, porém estabeleceu como

ponto de partida para a análise o período inicial da informatização das escolas brasileiras pelo Programa de Informática na Escola (PROINFO), na década de 1990.

Como percurso epistemológico, o autor iniciou discutindo o conceito de tecnologia e sua importância para o trabalho, realizando simultaneamente a construção histórica do desenvolvimento das NTIC e suas relações na sociedade. A seguir, introduziu a análise teórica da categoria *inovações*, fazendo uma comparação entre “inovação no setor produtivo” e o significado da “inovação técnica e organizacional”. Nessa direção, demarcou a diferença contida no conceito *inovação tecnológica* quando se trata do espaço da escola, ou seja, considera que há um reducionismo, sendo compreendido apenas como inserção de equipamentos, deixando de lado as questões referentes à gestão e à organização escolar.

Nascimento (2002) também dá destaque à categoria *trabalho*, sob a abordagem marxista, concebida como realizador do homem e como sua forma alienadora no contexto capitalista. O autor introduziu ainda a análise do processo do trabalho docente, seus aspectos históricos e a posição do trabalhador da educação na escola e no mundo contemporâneo. Por fim, o autor articula um diálogo entre trabalho, processo de trabalho docente, NTIC e aponta os desafios dessas conexões. Ainda são tecidas algumas considerações sobre o trabalho e o produto do trabalho em um processo produtivo “virtual”.

A pesquisa constatou que são poucos os projetos pedagógicos que levam em consideração o uso das NTIC, já que ainda é reduzido o número de professores que possuem conhecimentos específicos ou estão disponíveis para elaborar projetos de trabalho que utilizem tais tecnologias, demonstrando também o desinteresse da instituição escolar em estimular o seu uso pedagógico. Segundo o autor, essa constatação foi importante, visto que tanto a escola da rede particular como as escolas da rede municipal não têm incentivado nem estimulado os seus docentes no uso desses novos recursos. De acordo com o autor, a escola vive um processo de ambivalência entre a incorporação de novos recursos importantes para o processo ensino-aprendizagem e o contexto de dominação representado por essa tecnologia na sociedade contemporânea.

Em relação às possíveis modificações no processo de trabalho docente, Nascimento (2002) constatou que a organização desse trabalho evidencia

características do modelo fordista no qual se privilegia no trabalho a falta de flexibilidade, a divisão do trabalho em tarefas simples e a divisão rígida entre os que ensinam e os que aprendem. Segundo o autor, a introdução das NTIC, quando ocorre, tem acrescentado pouca novidade na forma de se trabalhar. Ou seja, ao não se reorganizar o trabalho pedagógico incluindo a tecnologia ou mesmo não se sabendo utilizar as suas potencialidades faz-se a mesma coisa de antes com equipamentos mais avançados. No entanto, registra que os professores consideram que o uso adequado das NTIC intensifica o trabalho docente, aumentando sua carga de trabalho, principalmente o tempo de trabalho não remunerado. O autor também averiguou não haver diferenciação em termos profissionais ou salariais entre os professores que dominam e os que não dominam as NTIC em nenhuma das duas redes estudadas (uma pública e outra privada). Considerando esse aspecto, Nascimento (2002) reproduz a indagação dos docentes: por que investir na formação em NTIC se não se tem um retorno financeiro nem mudanças significativas na organização do trabalho?

Quanto às implicações sociais e educacionais da introdução de NTIC no processo de ensino-aprendizagem, o autor retoma a discussão sobre o caráter mercantil da sociedade. Para Nascimento (2002), a aprendizagem com NTIC surge hoje como uma exigência para a formação do aluno-trabalhador nos moldes da Teoria do Capital Humano, ou seja, a compreensão das NTIC é menos valorizada por seus aspectos de aprendizagem e mais valorizada como uma competência exigida pelo mercado para se conseguir um emprego. A valorização das NTIC leva o homem a uma eterna busca de qualificação para responder às exigências do mercado, mas, se pensarmos somente nos seus aspectos mercantis, as NTIC logo se mostrarão um engodo; afinal, elas não são a panacéia do mercado de trabalho. De acordo com Nascimento (2002), isso se configura porque a qualificação e a aprendizagem de competências e habilidades nada significam em um mercado de trabalho em constante retração. O autor finaliza concluindo que, na realidade econômica brasileira, essa questão torna-se delicada, uma vez que a falta de políticas públicas de geração de emprego e renda e o baixo crescimento de nossa economia têm lançado todos os anos milhares de jovens no mercado de trabalho em situação desfavorável.

O que nos dizem as investigações sobre trabalho docente na RME-BH

Como vimos no item anterior, as investigações realizadas sobre a RME-BH, no eixo trabalho docente, estudam a docência em aspectos diferenciados, focalizando-a ou organização do trabalho escolar ou no processo de trabalho ou no desenvolvimento individual e coletivo de atividades ou nos efeitos para a saúde do professor ou no perfil das professoras das séries iniciais dessa rede. Essas pesquisas, realizadas nas décadas de 1980, 1990 e 2000 (ver Quadro 1), se incluem nas tendências apontadas por Hypólito (1997), Contreras (2002) e Oliveira (2003) ao analisar a produção teórica sobre a temática do trabalho docente. Ou seja, o tema trabalhado por Machado (1990), por exemplo, inclui-se na tendência apontada por Oliveira (2003), para a década de 1980, ou seja, a problematização da natureza do trabalho na escola, quando se retomam as pesquisas sobre trabalho docente com base nas investigações sobre gestão e organização da escola.

Na sua pesquisa Machado (1990) mostra uma preocupação em evidenciar a organização do trabalho escolar e a divisão do trabalho entre os sujeitos trabalhadores da escola. Seu objeto volta-se, principalmente, para a discussão da democratização escolar, tomando-se por base o projeto político-pedagógico da escola. Esse autor não elegeu somente os docentes como sujeitos da pesquisa, ampliou também seus estudos, incluindo os trabalhadores da escola de forma geral.

Nessa mesma tendência, enquadra-se a pesquisa efetuada por Gonçalves (1992) que trata da administração de conflitos na escola. Essa autora não faz o recorte específico para o conflito nas relações de trabalho dos docentes, tratando-o de forma geral no espaço escolar. A autora reconhece o espaço da escola como um lugar de política e de luta e mostra que o conflito, em determinado momento histórico, foi esvaziado dessa dimensão política e tratado sob a perspectiva de questões administrativas.

A pesquisa desenvolvida por Fernandes (2002), voltada para a análise da participação dos diretores escolares da RME-BH, na formulação e implementação do Projeto Escola Plural, incorpora-se também na tendência assinalada acima, ou seja, nas pesquisas sobre a administração escolar. Nesse caso, a atividade do diretor é vista como uma forma particular de trabalho

e o trabalho do diretor como parte da função docente. Ou seja, a pesquisa analisa a administração da escola como uma ação social e política que gera práticas contraditórias que tanto servem para organizar o trabalho na escola de forma autoritária ou democrática e participativa. O autor enfoca o papel do diretor como fundamental na organização da comunidade escolar e mostra que a não-inclusão dessa categoria na elaboração do projeto da Escola Plural é elemento dificultador para a difusão e a implementação do projeto.

A pesquisa realizada por Cunha (2003) aproxima-se mais dos referenciais da cultura escolar, apontados por Oliveira (2003) e Hypólito (1997) como uma das tendências entre os estudos realizados sobre os professores. A dissertação analisa o trabalho coletivo e colaborativo entre os docentes, utilizando-se de referências que analisam a gênese dos grupos, o trabalho em equipe, o cotidiano escolar, a subjetividade dos docentes.

A investigação realizada por Rocha (1996) aproxima-se dos trabalhos que tiveram como temáticas a feminização do magistério, a (re)organização escolar e a atividade docente. A “fotografia” das professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental da RME-BH organizada pela autora buscou registrar dados importantes que mostraram a presença massiva da mulher no magistério, principalmente nas séries iniciais, o vínculo entre a docência, as atividades domésticas, o aspecto vocacional e a situação de classe. A diversidade de representações sobre a profissão nas séries iniciais do Ensino Fundamental colhida foi considerada por ela como “solo fértil” para investigações futuras.

A dissertação de Fardim (2003) relaciona-se às pesquisas realizadas no final da década de 1990 e nos anos 2000 que colocam em debate as reformas educacionais e suas influências na organização do trabalho escolar, com destaque para o trabalho docente configurado como uma relação de trabalho. As contradições presentes nos processos de reforma, por meio das exigências prescritas, indicam as alterações ocorridas no trabalho docente e as novas responsabilidades exigidas desses profissionais, o aumento da carga de trabalho e das obrigações dos professores. Dessa forma, as conclusões dessa investigação fortalecem os estudos⁶ que têm buscado mostrar que no contexto das reformas educacionais o trabalho docente tem sido mais exigido, ou seja, as obrigações têm sido mais numerosas, mais profundas, com consequências sobre as condições de trabalho e sobre o êxito dos alunos.

As duas dissertações analisadas no subtema saúde e trabalho docente, de Gonçalves (2003) e Domingues (1997), estão relacionadas com o trabalho docente e com a vida cotidiana na escola, suas regulações e exigências. Com suas especificidades, mostram como a organização e a divisão do trabalho na escola contribuem para agravar o quadro de adoecimento dos professores.

As pesquisas relativas à saúde docente, em geral, são recentes, considerando que as investigações sobre a saúde de trabalhadores estavam voltadas para o operário industrial, até meados dos anos de 1970, ficando descobertos os trabalhadores do setor terciário e de serviços (MARTÍNEZ, 2003). Nos países latino-americanos, de acordo com esse autor, somente na década de 1980 é que os trabalhos sobre a saúde dos professores começam a despontar, com base em dados epidemiológicos, psiquiátricos e estudos sobre o sofrimento psíquico causado pelo trabalho docente. Essas investigações incentivaram outros campos de estudo como a Sociologia e a Psicologia do Trabalho que começam a dar a devida atenção a essa categoria de trabalhadores. Nesse sentido, a saúde do trabalho abre um capítulo tardio com o setor docente e suas enfermidades profissionais, riscos e acidentalismos típicos (MARTÍNEZ, 2003). Entre as doenças mais encontradas nos trabalhadores docentes, catalogadas por pesquisas citadas por Martínez (2003), estão os problemas de voz, transtornos mentais e psicoafetivos detectados pelos trabalhos de Gonçalves (2003) e Domingues (1997), respectivamente.

Por último, temos a dissertação de Nascimento (2002) que trata do impacto das novas tecnologias no trabalho docente. A informatização do ambiente escolar pode transformar a estrutura organizacional da escola. Nesse sentido, mostrou-se necessário efetuar investigações que registrassem as alterações ocorridas nos processos de trabalho nas escolas por meio da informatização, assim como suas implicações para o trabalho docente. Essa temática começou a ser trabalhada pelos pesquisadores da área da educação no Brasil principalmente na última década, portanto, também recente, e vem crescendo em termos de pesquisa na medida em que as novas tecnologias têm adentrado o espaço escolar.

Para finalizar, pode-se apontar o que os resultados e as conclusões das pesquisas analisadas mostram sobre o trabalho docente na RME-BH, no período em foco, 1990-2003. Por caminhos teóricos, objetos e

metodologias distintas, bem como pela realização de pesquisa de campo em diferentes escolas da RME-BH, as investigações sobre o trabalho docente apontaram alguns aspectos convergentes: pouca eficácia dos mecanismos institucionais criados para decisão coletiva, como colegiados, reuniões de turno e similares (MACHADO, 1990; GONÇALVES, 1992); dificuldade de se implantar espaços coletivos para discussão, proposição e execução do trabalho docente (CUNHA, 2003; FERNANDES, 2002; DOMINGUES, 1997; GONÇALVES, 2003); distância entre as prescrições postas para o trabalho docente e as condições de trabalho e demandas dos alunos (FARDIM, 2003; GONÇALVES, 1992; GONÇALVES, 2003); responsabilização individual dos docentes pelos resultados (DOMINGUES, 1997; FARDIM, 2003; GONÇALVES, 2003); intensificação do trabalho (FARDIM, 2003; GONÇALVES, 2003; NASCIMENTO, 2002) e adoecimento dos professores (FARDIM, 2003; DOMINGUES, 1997; GONÇALVES, 2003).

As investigações realizadas sobre o trabalho docente na RME-BH indicaram um distanciamento entre proposições importantes do projeto da Escola Plural no que diz respeito à reorganização dos tempos e do trabalho dos docentes e às realidades das escolas pesquisadas, como mostraram Fardim (2003) e Gonçalves (2003). No projeto Escola Plural, propunha-se reconfigurar as relações de trabalho existentes entre os profissionais da educação ao estabelecer novas formas de funcionamento e de afirmação do trabalho coletivo entre os docentes nas escolas. O trabalho coletivo tornou-se uma exigência da Escola Plural, considerando o necessário desenvolvimento de um projeto político-pedagógico para cada unidade escolar, a integração dos docentes em projetos multidisciplinares e o estabelecimento de vínculos mais estreitos com a comunidade.

No entanto, o apelo ao trabalho coletivo não veio acompanhado simultaneamente e com a mesma intensidade de condições de trabalho apropriadas e que propiciassem maior implicação do docente, ou seja, ferramentas de trabalho e material didático atualizados, tempo específico para planejamento, salários satisfatórios, formação continuada dos professores. Outros aspectos foram citados por Fardim (2003) e Gonçalves (2003) que afetam a realização do trabalho coletivo, como o número elevado de alunos em sala de aula, as turmas cada vez mais heterogêneas, os horários entrecortados, a sobrecarga de trabalho dos docentes e a estrutura curricular.

A sobrecarga de trabalho e a intensificação do trabalho, identificadas pelas investigações realizadas sobre a RME-BH (FARDIM, 2003; GONÇALVES, 1992; GONÇALVES, 2003; NASCIMENTO, 2002), sob perspectivas e enfoques teóricos diferenciados, referem-se tanto ao trabalho do professor em sala de aula quanto fora da classe. Em relação ao primeiro, trata-se da heterogeneidade das turmas, ou seja, crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais; com dificuldades de aprendizagem; provenientes de diferentes culturas e etnias; vindos de classes sociais desfavorecidas, com demandas sociais diversas que ultrapassam os objetivos da escola e que não têm como ser atendidas por ela. Em relação ao trabalho, além da regência de classe, indicam o aumento de atividades e responsabilidades assumidas pelos professores dedicados a reuniões, planejamentos conjuntos, avaliação processual dos alunos, participação em instâncias coletivas, encontros com pais e comunidade, formação profissional em serviço. No caso da pesquisa que fez o recorte de gênero (ROCHA, 1996), destaca ainda a dupla jornada da mulher que, além das atividades profissionais, acumula as tarefas de “dona de casa”.

Outra forma de intensificação verificada nas pesquisas (FARDIM, 2003; GONÇALVES, 1992; GONÇALVES, 2003) foi a extensão da jornada de trabalho realizada por meio da “dobra” na mesma escola ou em outra escola da rede ou em estabelecimentos escolares da rede estadual ou privada, considerando-se a necessidade de complementação da renda. O desenvolvimento de múltiplas atividades, sem a correspondência das condições de trabalho adequadas, foi considerado pelos pesquisadores como motivos do esgotamento e adoecimento dos professores.

Segundo os autores analisados (FARDIM, 2003; GONÇALVES, 2003) os esforços individuais dos professores para acomodar as proposições pedagógicas da Escola Plural à organização real do trabalho nas escolas, considerando as condições de trabalho e as metas de produtividade, podem explicar as queixas de cansaço, adoecimento e licenças dos professores. As pesquisas revelaram que os professores têm buscado, solitariamente, alternativas para resolver ou amenizar esses problemas (DOMINGUES, 1997) e constantemente são assaltados por dúvidas, incertezas, indecisões, quando não por apatia e por desespero, agravando o sentimento de culpa quando insucessos são obtidos (SANTOS, 2002). Em alguns momentos, os docentes, para se protegerem, evitam se envolver com questões que não

sejam específicas do ensino-aprendizagem e dos “muros da sala de aula”, mantendo também formas mais tradicionais de encaminhar as questões pedagógicas, conhecidas e dominadas por eles (GONÇALVES, 2003).

Pode-se dizer, ainda, que nas dissertações analisadas encontram-se aspectos recorrentes que alguns estudiosos⁷ da temática do trabalho docente têm apontado como tendências registradas em experiências não só no Brasil, como em outros países da América Latina, Canadá, comunidade européia, como a intensificação e precarização do trabalho; a exigência do trabalho coletivo; o reforço à idéia do envolvimento da comunidade escolar nas atividades e decisões da escola e a responsabilização individual dos docentes pelos resultados obtidos pelos alunos. Essas tendências apresentam-se na forma como vêm se organizando o trabalho e a educação no mundo contemporâneo e estão relacionadas com as mudanças no mundo do trabalho e emprego.

Os estudos analisados sobre o trabalho docente na RME-BH, cada um com seu objeto específico, desvelam, de alguma maneira, os efeitos das reformas sobre o trabalho e a saúde dos docentes. As dissertações exibiram dados empíricos que nos permitem afirmar que a implementação de projetos de reformas educacionais, mesmo aqueles alicerçados em pedagogias mais ativas e críticas, não pode negligenciar as condições reais de trabalho dos professores sob pena de comprometer o desenvolvimento do próprio projeto, a qualidade do ensino e de provocar a angústia e adoecimento dos docentes.

Notas

- 1 Agradecemos a leitura cuidadosa e as observações realizadas pela Prof^ª. Dra. Dalila Andrade Oliveira, coordenadora do GESTRADO/FaE/UFMG.
- 2 Esta pesquisa contou com apoio da Secretaria Municipal de Educação – Prefeitura de Belo Horizonte (SMED/PBH), Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SIND-REDE) e Faculdade de Educação – UFMG.
- 3 O eixo temático “Trabalho Docente” foi coordenado pela Prof^ª. Adriana Duarte (GESTRADO/ FaE/UFMG). As dissertações foram analisadas com a colaboração da seguinte equipe técnica: Érica Sarubi, Jacqueline

Laranjo, Jacqueline Silva, Jussara Paschoalino, Maria Helena Augusto, Sâmara Araújo e Savana Melo (ver detalhamento no Quadro 1). A análise de cada dissertação gerou um quadro-síntese e uma resenha utilizados na elaboração deste artigo.

- 4 Prof^ª. Eustáquia Salvadora de Souza (UFMG-PUC Minas) e Prof^ª. Samira Zaidam (UFMG).
- 5 A Escola Plural foi introduzida em 1994 na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, na gestão do Prefeito Patrus Ananias (1993-1996), da Frente Democrática Popular. Neste governo estavam à frente da Secretaria Municipal de Educação os professores Glauro Vasquez de Miranda e Miguel Arroyo. Segundo Miranda (1999) a denominação de Escola Plural teve inspiração na idéia de uma escola mais democrática, flexível, aberta à cultura e às comunidades. Nesse modelo de escola, segundo Miranda (1999), o conhecimento passou a ser construído em relação aos contextos da realidade social e foram propostas mudanças significativas no currículo, na organização dos tempos e dos espaços escolares. Implantou-se a organização de três ciclos de formação para o Ensino Fundamental, com as turmas organizadas por meio da idade e a avaliação dos alunos passou a ter caráter diagnóstico e qualitativo. Maiores informações sobre a Escola Plural cf. Miranda (1999).
- 6 Ball (2002); Birgin (2000); Feldfeber (2003); Oliveira (2003, 2004), Tardif e Lessard (2005).
- 7 Apple (1995); Ball (2002); Birgin (2000); Contreras (2002); Enguita (1991); Fanfani (2005); Feldfeber (2003, 2006); Hargreaves (1998); Lessard (2006); Martínez (2003); Nóvoa (1991); Oliveira (2003, 2004, 2005, 2006); Tardif e Lessard (2005), entre outros.

Referências

APLLE, M. W. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BALL, S. J. Reformar escolas/reformar professores e os territórios da performatividade. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, Portugal, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002.

BIRGIN, A. Novas regulações do trabalho docente: o caso da reforma argentina. São Paulo, *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 111, p. 95-113, dez. 2000.

CONTRERAS, J. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.

CUNHA, C. M. *O trabalho docente em equipe: tramas e processos vivenciados e significados atribuídos: a experiência do Projeto de Educação de Trabalhadores – PET*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. 224f. Mimeografado.

DOMINGUES, D. A. *Impactos do trabalho na saúde de docentes*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997, 194p. Mimeografado.

ENGUITA, M. F. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarianização. *Revista Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 4, p. 41-61, 1991.

FANFANI, E. *La condición docente: análisis comparado de la Argentina, Brasil, Peru y Uruguay*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

FARDIM, V. L. *Tecendo análises sobre o trabalho docente nos ciclos de formação da Escola Plural*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. 259 p. Mimeografado.

FELDFEBER, M. Reforma educativas y regulación estatal. Los docentes y las paradojas de la autonomía impulsada por decreto. In: FELDFEBER; OLIVEIRA (Comp.). *Políticas educativas y trabajo docente: nuevas regulaciones, nuevos sujetos?* Buenos Aires: Noveduc, 2006. p. 53-72.

FELDFEBER, M. Estado y reforma educativa: la construcción de nuevos sentidos para la educación pública en la Argentina. In: FELDFEBER (Comp.). *Los sentidos de lo público: reflexiones desde el campo educativo*. Buenos Aires: Noveduc, 2003. p. 17-127.

FERNANDES, G. L. *Participação do diretor de escola da Prefeitura de Belo Horizonte no desenvolvimento da Escola Plural*. Dissertação (Mestrado

- em Educação)- Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação. Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, 2002. 137p. Mimeografado.
- GONÇALVES, D. C. *Administração de conflitos na escola*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992. 140 p. Mimeografado.
- GONÇALVES, G. B. *Uso profissional da voz em sala de aula e organização do trabalho docente*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. 164p. Mimeografado.
- HARGREAVES, A. O. *Os professores em tempos de mudança: o trabalho e a cultura na idade pós-moderna*. Alfragide: Editora McGraw-Hill, 1998.
- HYPOLITO, A. L. M. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. Campinas: Papirus, 1997.
- LESSARD, C. Regulação múltipla e autonomia profissional dos professores: comparação entre o Quebec e o Canadá. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 44, p. 143-163, dez. 2006.
- MACHADO, A. B. *Organização do trabalho e democracia escolar: uma escola pública como estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990. 344p. Mimeografado.
- MARTÍNEZ, D. Estudos do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A. *Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 75-86.
- MIRANDA, G. V. Experiência de gestão na Secretaria Municipal de Belo Horizonte. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. (Org.). *Política e trabalho na Escola: administração dos sistemas públicos de educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 157-176.
- NASCIMENTO, E. A. *As novas tecnologias educacionais no ensino presencial e suas implicações no trabalho docente: virtualidades reais ou ambivalências virtuais?* Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. 139p. Mimeografado.

NÓVOA, A. (Org.). *Profissão professor*. Porto: Porto Editora, 1991.

OLIVEIRA, D. A. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). *Reformas Educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 13-38.

_____. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1097-1100, set./dez. 2004.

_____. A regulação das políticas educacionais na América Latina e suas conseqüências para os trabalhadores docentes. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92 esp., p. 753-776, out. 2005.

_____. A regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 44, p. 209-227, dez. 2006.

ROCHA, M. C. *Magistério Primário: uma fotografia da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Belo Horizonte, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996. 147p. Mimeografado.

SANTOS, L. L. C. P. Políticas Públicas para o ensino fundamental: parâmetros curriculares Nacionais e Sistema Nacional de Avaliação (SAEB). *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80 esp., p. 367, set. 2002.

SOUZA, E. S. et al. *O estado do conhecimento: produções acadêmicas sobre a rede municipal de ensino de Belo Horizonte (1986-2006)*. Belo Horizonte, jun. 2008. Relatório de Pesquisa. Mimeografado.

TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis: Vozes, 2005.

Teaching in the Belo Horizonte public school system: analysis of academic production**Abstract:**

This article analyzes studies about teaching undertaken by masters students who studied municipal schools in Belo Horizonte, from 1986-2006. Nine master's dissertations were found in this period, in five subthemes. Analysis of these dissertations observed the research question/object of study; the epistemological focus; the key categories used; the methodological option; the scope of the study and the principal conclusions. The article relates the studies conducted for the dissertations with theoretical studies about research and teaching.

Key words: Teaching. Academic Studies. Belo Horizonte Municipal School System.

Le travail enseignant dans le réseau municipal d'éducation de Belo Horizonte/MG: l'analyse de la production académique**Résumé:**

Cet article analyse la production académique concernant le travail enseignant développée par des étudiants du *Mestrado*, en ayant comme champ d'étude les écoles du réseau municipal d'éducation de Belo Horizonte/MG, entre 1986 et 2006. Dans cette période-là ce sont trouvées neuf dissertations de *Mestrado*, classées en cinq sous-thèmes. Afin d'analyser ces dissertations, on a observé la question de recherche/objet d'étude; le parcours épistémologique; les catégories-clés utilisées; l'option méthodologique; l'ampleur de l'étude; les principales conclusions. En effet, on a cherché dans la mesure du possible à mettre en rapport les études développées dans ces dissertations et la production théorique disponible dans ce champ spécifique de recherche sur le travail enseignant.

Mots-clé: Travail Enseignant. Production Académique. Réseau Municipal d'Éducation de Belo Horizonte/MG.

Adriana Duarte

Rua Henrique Cabral, n. 900 – Apto. 102

Bairro São Luís

CEP: 31270-760 – Belo Horizonte-MG

E-mail: dri-duarte@uol.com.br; dri-duarte@fae.ufmg.br

Recebido em: 2/9/2008

Aprovado em: 10/11/2008